

Celso Furtado

**CULTURA
E
DESENVOLVIMENTO**

em época de crise

2ª EDIÇÃO



PAZ E TERRA

O tema central das páginas que seguem é a *crise*, vista como custo social e como desafio. Avançamos pelo quarto ano de recessão e mesmo as hipóteses mais otimistas com respeito ao comportamento de nossa economia no futuro imediato indicam que, muito provavelmente, chegaremos ao final do decênio com uma produção por habitante similar à que tínhamos dez anos antes, com uma acrescida massa de desempregados e subempregados, um enorme atraso na construção residencial, séria degradação dos serviços de saúde pública, de educação elementar, enfim um país semi-devastado, como se houvésssemos sido varridos por uma peste ou uma guerra.

Os processos econômicos e sociais raramente são reversíveis. Não teremos apenas regredido dez ou vinte anos, pois a crise é principalmente um processo destrutivo de oportunidades. O tempo econômico não se confunde com o astronômico: a omissão de hoje deprecia o que havia sido realizado em fase anterior.

Por outro lado, se é verdade que o crescimento que a economia conheceu no passado beneficiou tão somente a uma minoria da população, a crise afeta a todos e mais particularmente à grande massa excluída do mercado de trabalho. Não existe simetria entre as melhorias que se obtenham amanhã e os danos causados hoje: a infância desnutrida na

sua fase formativa carrega estigmas no resto da vida e os que foram privados da experiência de trabalho no tempo devido encontrarão crescentes dificuldades para completar sua inserção social. Os homens, como as obras de arte, não se recuperam quando sofrem certas lesões.

Contudo as sociedades podem fazê-lo, se da própria crise surge uma reflexão sobre os erros passados que eleve a consciência crítica dos dirigentes. O Brasil é um caso exemplar disso que os economistas chamam *mau desenvolvimento*: os recursos destinados ao supérfluo crescem entre nós com rapidez, enquanto aqueles destinados a atender às necessidades básicas da população apenas se movem. Ao abuso do supérfluo privado, que vem de épocas anteriores, somou-se o gigantismo do supérfluo público, ao impulso da doutrina da "potência emergente".

Ninguém duvida de que cabe ao autoritarismo grande parcela de responsabilidade no aprofundamento das distorções sociais que alquebram o País, mas não se pode ignorar que as raízes dos problemas fundamentais são bem mais profundas.

Por muitos anos temos insistido sobre o fato de que a adoção indiscriminada, entre nós, de padrões de consumo de países de níveis de renda muito mais altos, conduz inexoravelmente à crescente heterogeneidade social. Uns poucos terão muito e muitos terão muito pouco. Tudo se passa como se a composição da oferta comandasse a distribuição da renda e a alocação final de recursos. De vez que o salário básico — da massa da população — interfere no processo apenas como custo, sendo mínimo o seu peso na configuração da demanda em seus setores mais dinâmicos, o crescimento da produção independe do aumento desse salário básico. Pode-se, portanto, afirmar que o modelo de crescimento seguido em nosso País é estruturalmente concentrador de renda e desarticulador da sociedade. Essa tese pode ser hoje comprovada com base em rigorosos estudos econométricos.*

* Cf. o importante trabalho de Elisabeth Sadoulet, *Croissance Inégalitaire dans une Economie Sous-développée*, Genève, Editions Droz, 1983.

Quando, nos anos 60, chegamos à conclusão de que o crescimento de nossa economia estava longe de produzir um autêntico desenvolvimento — entendido como satisfação crescente das necessidades básicas da população e redução das disparidades sociais — inclinamo-nos a supor que em tempo oportuno o Estado assumiria o papel corretivo dessas distorções, que punham em perigo a estabilidade social e política. Dado que as sociedades mais homogêneas, nos países de economia de mercado, são aquelas em que o Estado se apropria de maior parcela do excedente para aplicá-la com critério social, o caminho a seguir parecia emergir naturalmente da experiência de outros povos.

É aqui que se insere o retrocesso representado pelos dois decênios de autoritarismo. Imobilizou-se a sociedade civil, particularmente nos seus segmentos que podiam lutar pela melhoria efetiva do salário básico e esvaziou-se o Estado de toda preocupação com o social. A nova classe média em rápida expansão foi vista como simples fator de ampliação do mercado, sem vinculação maior com a esfera política. E o Estado foi empolgado por uma tecnocracia, cuja principal função era compatibilizar a ideologia da "potência emergente" com a gestão do modelo de crescimento pelas empresas controladoras da tecnologia.

Segundo a lógica desse sistema, as empresas que controlam internacionalmente a criação tecnológica ditam o que se deve produzir para consumo e os ideólogos da "potência emergente" definem as prioridades na utilização do excedente de que se apropria o Estado, sendo a sociedade civil reduzida ao papel passivo de massa de consumidores. Se temos em conta, ademais, a crescente inserção nos circuitos financeiros internacionais, criadores de facilidades aos inversionistas privados e encorajadores do gigantismo do setor público, dispomos dos elementos essenciais para compreender por que fomos levados ao desastre do endividamento externo, à tutela dos banqueiros internacionais por intermédio do FMI, à purga recessiva, e *tutti quanti*.

Que se dirá de nós no futuro, caso não saibamos sequer tirar uma lição dessa tragédia histórica? Acima de tudo, deve-

mos ter consciência de que nosso problema não é apenas *sair da recessão*. As elevadas taxas de crescimento do passado não impediram que nos transformássemos num patético caso de mau desenvolvimento; pelo contrário, contribuíram para esse fim. Na fase de mais rápido crescimento da economia, a opinião pública pôde constatar estarecida que índices sociais, como o da mortalidade infantil, se estavam deteriorando em nossas grandes cidades. É necessário que, desde agora, nos previnamos contra o retorno dos que falam em "primeiro aumentar o bolo" e "recuperar espaço para crescer", somando e subtraindo algebricamente o supérfluo e o essencial, solertes em perpetuar os próprios privilégios.

Como escapar à armadilha da "racionalidade econômica" que, entre nós, opera inexoravelmente no sentido de favorecer aqueles que controlam o poder? A resposta é simples: modificando as bases sociais de sustentação desse poder. Vale dizer: assegurando uma participação efetiva no processo político dos segmentos sociais vitimados pela referida racionalidade econômica. Nenhum avanço real é exequível sem desenvolvimento político, sem democratização substantiva, sem a presença organizada na esfera política de amplos segmentos da sociedade civil, particularmente da massa trabalhadora. Nosso real atraso é político e não econômico.

Devemos exorcizar a doutrina, que nos vem do século XIX, de que existe uma lógica imanente aos processos econômicos, que independe de fatores políticos. Duas economias de mercado, com níveis de produtividade similares, podem diferenciar-se consideravelmente no que respeita à distribuição da renda ou ao padrão de aplicação do excedente captado pelo Estado. Há exemplos de países de economia de mercado, com renda *per capita* correspondente à metade da nossa, que apresentam índices sociais muito superiores aos nossos. São fatos cuja explicação requer conhecimento das estruturas de poder, da gênese histórica destas e da forma de inserção internacional da economia.

Os grupos que controlam a tecnologia farmacêutica, por exemplo, têm interesse em vender-nos tudo aquilo que estão

em condições de produzir. O simples critério de mercado conduz, neste caso, à elevação de preços com graves consequências para a sociedade. Os economistas chamam de "concorrência monopolística" essas estruturas de mercado onde o poder se funda na introdução permanente de novos modelos e na compartimentação dos consumidores. Nesses mercados, o custo de entrada para a firma é relativamente pequeno, o que, via de regra, ocorre entre nós quando se trata de empresas transnacionais. A essas formas sofisticadas de concorrência, predominantes entre nós, correspondem elevados custos sociais. O problema se agrava quando são as firmas produtoras que, em última instância, conformam a demanda, definindo o *status* de cada classe de consumidor. A demanda tende a ajustar-se à oferta, o que se dá mediante concentração da renda disponível para consumo. Para frustrar esse processo é necessário que se ativem os segmentos sociais prejudicados.

Como os interesses dos que procuram impor determinados padrões de oferta se confundem com os da minoria de consumidores beneficiados pela concentração da renda disponível para consumo, configura-se uma estrutura de dominação social voltada para o "desenvolvimento econômico" mas destituída de toda sensibilidade para os problemas sociais. Esse sistema não tem possibilidade de sobrevivência sem o amparo de um regime autoritário. Basta que os excluídos possam organizar-se politicamente para que as fundações da construção comecem a ceder.

O problema social agravou-se no período do autoritarismo tanto porque toda resistência à baixa do salário real básico foi eliminada como pelo fato de que o Estado reduziu relativamente o dispêndio de caráter social. Não pode haver dúvida, portanto, de que a emergência de novos recursos de poder ao nível da sociedade civil, mediante a ativação dos setores até agora excluídos, é condição necessária para reverter o processo concentrador de renda e redirecionar a ação do Estado no sentido de minorar as desigualdades sociais.

A conclusão que se impõe é irrefutável: cabe à ação política gerar os recursos de poder requeridos para modificar o

modelo de desenvolvimento que nos conduziu à calamitosa situação atual.

O caminho será certamente mais curto e mais fácil se soubermos tirar partido da própria crise para fundar as bases de um pacto social que viabilize a transição para uma política de desenvolvimento voltada para o bem-estar da massa da população. A crise destruiu grande parte das ilusões de uma classe média que, em sua grande maioria, vinha de estratos sociais de padrões de consumo modestos. Em face do desemprego ou da brusca redução dos salários, muitos dos membros dessa classe média incipiente reaproximaram-se de suas origens sociais. A facilidade com que muitos profissionais de nível superior estão aceitando reduções consideráveis de salário, e mesmo adaptando-se a novas profissões de *status* social inferior, constitui clara indicação de que o processo de adoção, por parte dessa nova classe média, da visão do mundo dos grupos privilegiados que controlam o poder econômico ainda se encontra em seus primeiros estágios. É de admitir, portanto, que lideranças de importantes segmentos da nova classe média tomem consciência de que uma autêntica saída para os impasses a que foi conduzido o País não está em restabelecer privilégios e sim na adoção de políticas econômicas e sociais que ataquem de frente os problemas que mais angustiam a massa da população. Caso essa classe média houvesse introjetado plenamente uma visão de mundo legitimadora de seus privilégios, seriam grandes os riscos de sua cooptação por correntes políticas de direita, o que poderia levar o Brasil a repetir a trágica aventura do fascismo, que tantos danos causou a outros povos.

O caminho da democracia passa entre nós pela convergência na ação de amplas forças sociais apoiadas nas classes médias e na massa trabalhadora, vale dizer, nas principais vítimas do grande *imbroglio* a que nos conduziu o autoritarismo. Se não avançamos por esse caminho, estarão perdidas as esperanças de criar no Brasil neste fim de século uma economia que assegure a satisfação das necessidades básicas da população e uma sociedade fundada em formas de

convivência democrática orientadas para a plena realização
das potencialidades humanas.

Rio, julho de 1984